

## A ética comunicacional na internet

Dênis de Moraes<sup>1</sup>

### Resumo

Análise das mudanças de paradigmas que o fenômeno Internet introduz nas questões relacionadas à ética comunicacional. O fluxo interativo da mega-rede planetária favorece a emergência de uma ética por interações, fundada em princípios de diálogo, de cooperação e de participação dos usuários.

### Palavras-chave

Comunicação; Ética; Internet

### Résumé

Analyse des nouveaux paradigmes que le phénomène Internet introduit dans les questions relationées à l'éthique communicative. Le flux interactif de la mega-réseau planétaire favorise l'émergence d'une éthique par intérations, fondée sur les principes de dialogue, de coopération et de participation des utilisateurs.

### O cérebro planetário

As agudas mutações culturais que incidem sobre o nosso ser-estar na dobra do milênio requerem uma análise abrangente de questões relacionadas à ética comunicacional. Já não vivemos ao alcance apenas do rádio, da televisão, do jornal, da publicidade, do cinema e do vídeo. A era dos fluxos hipervelozes de informação reconfigura irreversivelmente o campo mediático. A força invisível dos circuitos integrados on line ultrapassa toda e qualquer fronteira, numa rotação incessante. A veiculação imediata e abundante não somente delineaia modos singulares de produção e consumo de dados, imagens e sons, como propicia um realinhamento nas relações dos indivíduos com os aparelhos de enunciação. As máquinas de infoentretenimento

---

<sup>1</sup> Dênis de Moraes é doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal do Rio de Janeiro e professor do Mestrado em Comunicação, Imagem e Informação da Universidade Federal Fluminense.

reinventam-se como organismos de difusão simbólica, seja em decorrência da brusca aceleração tecnológica, ou pela possibilidade de se ajustar a vias de mão dupla no tráfego de mensagens. Neste quadro de deslocamentos e rupturas, o fenômeno Internet precipita mudanças de paradigmas que podem ser absorvidas em sintonia com a idéia de humanização da sociedade. Na órbita da mega-rede digital, flutuam instrumentos privilegiados de inteligência coletiva, capazes de, gradual e processualmente, fomentar uma ética por interações, assentada em princípios de diálogo, de cooperação, de negociação e de participação.

A imagem clássica dos aparelhos de divulgação no topo da pirâmide e dos receptores confinados na base está se rompendo com a arquitetura dos espaços de comunicação na Internet. Os sistemas computrônicos dinamizam os traçados e entrecruzam fluxos seqüenciais e intercorrentes da ciberesfera. A inteligência coletiva — que se expressa nas atividades extensivas e multidimensionais das comunidades de usuários — reorganiza, a todo instante e interativamente, as massas de informação disponíveis on line, para usufruto público, por meio de conexões transversais e simultâneas. A nova ambiência favorece o reconhecimento mútuo dos indivíduos e dos grupos envolvidos na comunicação, definida como processo de objetivação partilhada da consciência humana em contextos comuns. É a inteligência coletiva, desterritorializada e descentralizada, que se contrapõe à cultura verticalizada à qual tivemos que nos habituar.

Nas artérias labirínticas da Internet, os usuários têm a chance de assumir-se como atores comunicantes, ou, se preferirmos a bela metáfora de Jöel de Rosnay, como "neurônios de um cérebro planetário"<sup>2</sup>, que nunca pára de produzir, de pensar, de analisar e de combinar. Cada ator inscreve sua identidade na rede à medida que elabora sua presença no trabalho de seleção e de articulação com as áreas de sentidos, que se concretiza nos encadeamentos do hipertexto. Na malha hipertextual, os sites afiguram-se como um viveiro imensurável de infomídias interativas. Eles estocam, processam, distribuem e atualizam dados e imagens oriundos de múltiplos campos do conhecimento. Efetivam-se como pontos de visibilidade para interseções comunicacionais, sem correspondências com as estruturas autoritárias das mídias convencionais. De fato, a pragmática da Internet desfaz a polaridade entre um centro

---

<sup>2</sup> Jöel de Rosnay. *L'homme symbiotique*. Paris: Seuil, 1995, p. 79. Ver do mesmo autor: "Un changement d'ère", em *Actes du Colloque L'Après-télévision: multimédia, virtuel, Internet*. Valence: CRAC-Scène Nationale, 1997; "Ce que va changer la révolution informationelle", em *Le Monde Diplomatique*, agosto de 1996.

emissor ativo e receptores passivos. Os dispositivos e interfaces tecnológicos instituem o que Henry Bakis classifica de "espaço de transação", cujo conteúdo técnico, em constante refinamento, proporciona comunicações intermitentes, precisas e ultrarápidas, numa interação entre todos e todos, e não mais entre um e todos<sup>3</sup>. No ciberespaço, cada um é potencialmente emissor e receptor num espaço qualitativamente diferenciado, não-fixo e disposto pelos usuários. Não é por seus nomes, posições geográficas ou sociais que as pessoas se reúnem virtualmente, mas de acordo com blocos de interesses, numa paisagem comum de sentido e de saber<sup>4</sup>.

Sob tal prisma, a Internet seria o berço universal de infomídias, claramente diferenciadas dos macro-sistemas mediáticos pelos seguintes quesitos:

- 1) Ao menos até agora, não há centros diretivos ou comandos decisórios na World Wide Web.
- 2) A comunicação na Internet é fundada numa reciprocidade com dimensão comunitária (o telefone é recíproco, mas individual, não permite uma visão do que se passa no conjunto da rede). As emissoras de televisão e de rádio são pólos de onde as informações partem e são distribuídas. Mesmo levando-se em conta o despontar de engrenagens interativas, existe uma separação nítida entre os núcleos emissores e os destinatários, isolados uns dos outros. Na Internet, há a possibilidade substantiva de participação dos receptores, inclusive, em coletividades desterritorializadas.
- 3) Inexistem, na Web, grades de programação ou rotas preestabelecidas até os materiais informativos. O usuário escolhe e consome informações nos horários, nas frequências e nos ângulos de abordagem de sua preferência. Enquanto a televisão, o rádio e o jornal nos trazem as notícias que selecionam conforme suas próprias diretrizes, as redes computadorizadas impelem-nos a ir atrás das informações dispersas pelos hemisférios, com a prerrogativa de definirmos por conta própria a que mídia, programas de buscas ou bases de dados devemos recorrer.
- 4) As relações entre as incontáveis fontes informativas e os usuários na Internet são geograficamente móveis, interrompidas, retomadas e atualizadas. Não existe equivalência: a ação pode ser contínua, apesar da duração descontínua, como na comunicação por secretária eletrônica ou correio eletrônico. A fruição depende

---

<sup>3</sup> Henry Bakis. *Communications et territoires*. Paris: La Documentation Française, 1990, p. 18.

<sup>4</sup> Pierre Lévy. *O que é o virtual?* Trad. Paulo Neves. São Paulo: Editora 34, 1996. p. 113.

do agenciamento de entradas e de saídas, embora os fluxos sejam ininterruptos e deslocalizados.

O ciberespaço disponibiliza, em qualquer espaço-tempo, variadas atividades e expressões de vida. A cibercultura mundializa visões díspares e modos de organização social contrastantes, sem favorecer pensamentos únicos. Congrega forças, ímpetos e desejos contraditórios, com a peculiaridade fundamental — apontada por Pierre Lévy — de universalizar sem totalizar. Na direção aqui proposta, a totalidade tem a ver com a descontextualização dos discursos, que possibilita o domínio dos significados, o anseio pelo todo, a tentativa de instaurar em cada lugar unidades de sentido idênticas. A noção de totalidade busca bloquear a pluralidade de contextos e a multiplicidade de segmentos que neles deveriam intervir.

Já o ciberespaço configura-se como um universal indeterminado, sem controles e hierarquias aparentes, sem local nem tempo claramente assinaláveis. Conceituando totalidade como "unidade estabilizada de sentido", Lévy a ela contrapõe a vitalidade da cibercultura, que "inventa uma forma de suscitar uma presença virtual da humanidade diante de si mesma, diversa da imposição de uma unidade de sentido". O monolitismo semântico rompe-se na medida em que a universalidade do ciberespaço possibilita a interconexão dos seres humanos, por integração efetiva à inteligência coletiva não-massiva e não-totalizável, em um meio ubíquo, paradoxalmente operado por uma tecnologia real. O filósofo francês acentua que a cibercultura, ao preservar a universalidade dissolvendo a totalidade, corresponde ao momento em que nossa espécie, pela globalização econômica e pelo adensamento das redes de comunicação e transporte, tende a formar uma única comunidade mundial, ainda que desigual e conflituosa. Esta megacomunidade, conquanto tenha forte dose de globalismos, universaliza-se por contato e interação, e não por homogeneização<sup>5</sup>.

Descobrimos um estiramento na noção de totalidade: no ciberuniverso, as partes são fragmentos não-totalizáveis, isto é, não-sujeitas a um todo uniformizador de linguagens e concentrador de poderes, que anula inevitáveis disparidades de interpretação. As relações entre as partes reinventam-se, em densidade e em extensão,

---

<sup>5</sup> Ver de Pierre Lévy: Cyberculture. Rapport au Conseil de l'Europe. Paris: Odile Jacob, 1997, sobretudo o capítulo "L'universel sans totalité, essence de la cyberculture"; O que é o virtual?, ob. cit.; L'intelligence collective: por une anthropologie du cyberspace. Paris: La Découverte, 1995. Ver também: Derrick de Kerckhove. Connected intelligence: the arrival of the Web society. Toronto: Somerville House Publishing, 1997, sobretudo a terceira parte, "Connectivity".

sem que umas subjuguem as demais. A imanência mítica e autoritária do todo conhece a variável da tensão.

O ciberespaço funda uma ecologia comunicacional: todos dividem um colossal hipertexto, formado por interconexões generalizadas. Trata-se de um conjunto vivo de significações, no qual tudo está em contato com tudo: os hiperdocumentos entre si, as pessoas entre si e os hiperdocumentos com as pessoas. A universalidade aparta-se do espírito de totalização e se constrói tanto por contato como por condições de comunicação recontextualizadas (no sentido de que há um contexto universal no âmbito cibernético, inteiramente diverso dos contextos não-virtuais e propício a modalidades comunicacionais não-totalizantes e participativas). Cabe à capacidade cognitiva dos indivíduos determinar como se vão rearticular as conexões globais. A cada nó, incorporam-se novos usuários, os quais se convertem em produtores e emissores de informações a serem consumidas sem barreiras geográficas, sem fusos horários.

A imagem da Internet como um mega-sistema em cíclica mutação e saudável desordem justifica a sua classificação de Babel cultural do final do século XX. Ela oferece-se à contemplação como um gigantesco mosaico, no qual quem decide o que deve ser destacado e aproveitado no emaranhado de nós é o agente humano, por afinidades e conveniências. O único imperativo categórico para inserir-se no coletivo de cidadãos-usuários é estar conectado. Ao plugar-se, o internauta recebe o passaporte carimbado para o ciberespaço: a conta numérica numa máquina, para uso pessoal, com endereço eletrônico e senha intransferíveis. A esta identidade, às vezes se soma a exposição individual perante a coletividade, através de um website personalizado. Outra modalidade identitária manifesta-se nos canais de conversação textual on line, os chats ou IRCs (Internet Relay Chat). O usuário escolhe um pseudônimo para interagir com parceiros fisicamente separados e desconhecidos. Os MUDs (Multi User Dungeon) e MOOs (Multi User Object Oriented) são ambientes interativos onde também se adotam identidades anônimas e temporárias. Não é propriamente necessário que todos os participantes estejam plugados ao mesmo tempo, e sim que se baseiem na mesma interface para a comunicação partilhada.

## **A dialética dos fluxos**

Os usos imensuráveis da Internet refletem a complexidade psíquica, afetiva, social, ética, cultural, econômica e político-ideológica do mundo contemporâneo. Diante das telas dos monitores, trafegam o voraz comércio eletrônico, a guerra entre os fabricantes de softwares, os hackers, os vírus, a pornografia, projetos militares e seitas místicas. Em compensação, dispomos de uma escala impressionante de informações, cultura e divertimento, programas educacionais e científicos, bases públicas e privadas, trocas entre indivíduos, grupos e instituições, e modalidades promissoras de intervenção política, cultural e social.

Para além do correio eletrônico, do entretenimento e das pesquisas, a Internet afigura-se como fórum on line capaz de revitalizar movimentos civis, na atmosfera de permutas da cultura de redes. Organizações não-governamentais, sindicatos, associações profissionais e partidos políticos procuram estreitar vínculos e incrementar campanhas reivindicatórias valendo-se dos efeitos de amplificação da Web. São pessoas e instituições identificadas com causas e comprometeros semelhantes, que se interrelacionam, por ligações de diferentes lugares do mundo, em grupos e listas de discussão, ou conferências eletrônicas. Elas ainda alimentam a circularidade de conteúdos entre suas home pages, através de links que se remetem e se referenciam uns aos outros, por temáticas correlatas.

Eis aí outra dimensão da ética por interações: estimula processos tecnocomunicacionais de inserção político-social de forças contra-hegemônicas, sobrepujando os filtros ideológicos e as políticas editoriais dos complexos de mídia. É o que acontece quando um leitor desconfia da credibilidade do noticiário de um jornal ou revista sobre a coligação de esquerda que disputará as eleições presidenciais deste ano no Brasil. Ele pode consultar dezenas de publicações on line sobre o assunto. Se não estiver satisfeito, visita as páginas eletrônicas dos quatro partidos que formam a aliança: PT (<http://www.pt.org.br>), PDT (<http://www.pdt.org.br>), PSB (<http://www.hexanet.com.br/PSB>) e PC do B (<http://www.pcdob.org.br>), nas quais estão expostos os objetivos e compromissos do bloco. E se ainda assim não se convencer, resta-lhe refinar a pesquisa nos programas de buscas. A garimpagem concorrerá para a formação de juízos sem o contágio de manipulações sutis ou grosseiras.

A abundância de variedades na Internet contraria a imaginação dos que se habituaram ao predomínio dos efeitos massivos de simulação, ou daqueles que insistem em esgrimir conceitos sobre as mídias clássicas que perderam validade no ciberespaço. Cedo ou tarde, eles precisarão considerar que a arena multimídia on line requisita

planos específicos de comunicação, pois um número crescente de segmentos sociais e de subjetividades migra para ela e secreta aspirações diferenciadas.

É indispensável ressaltar que não concebo o ciberespaço como uma esfera autônoma, divorciada dos embates sociais concretos. Ao contrário, a práxis virtual guarda uma relação de complementaridade com o real, e não de substituição de antigos dispositivos de comunicação. O virtual, conforme Pierre Lévy, é uma existência potencial, que tende a atualizar-se. A atualização envolve criação, o que implica produção inovadora de uma idéia ou de uma forma. O real, por sua vez, corresponde à realização de possíveis já estabelecidos e que em nada mudarão na sua determinação ou em sua natureza. Já a virtualização deve ser entendida como "uma mutação de identidade, um deslocamento do centro de gravidade ontológico". O sujeito passa da situação atual, correspondente a uma solução, para um campo de interrogação que o obriga a propor coordenadas como resposta a uma questão particular<sup>6</sup>.

Ponto nodal da simbiose real-virtual, a Internet situa-se na base de criação de uma fronteira a um só tempo física e abstrata. Física e tangível, porque sua infraestrutura operacional é feita de interfaces gráficas, de modems e de discos rígidos. Abstrata e intangível, pois os conteúdos remetem à ordem da representação, da cognição e da emoção. Sem atributos físicos e existindo independentemente deles, o ciberespaço tem força simbólica para ampliar as percepções da realidade. O mundo on line, conforme Derrick de Kerckhove, herdeiro de Marshall McLuhan, define-se como "uma realidade que se pode tocar e sentir, ouvir e ver através dos sentidos reais — não só com ouvidos ou olhos imaginários"<sup>7</sup>. O virtual, aduz Kerckhove, estende e expande sujeitos, por meio de tecnologias que não apenas prolongam as propriedades de envio e recepção de mensagens, como penetram e modificam a consciência de seus utilizadores, transformando-se em "extensões quase orgânicas do nosso ser mais íntimo"<sup>8</sup>.

Os processos de significação não se anulam, eles se mesclam e acentuam relações de sinergia. A cibercultura não se superpõe às culturas preexistentes, nem as aniquila. A dialética ativa desdobramentos e remissões; no lugar de divisões e estacas demarcatórias, estabelecem-se os nexos, as bricolagens e as hibridações. Identidades

---

<sup>6</sup> Pierre Lévy. O que é o virtual?, ob. cit., p. 17-18.

<sup>7</sup> Derrick de Kerckhove. A pele da cultura: uma investigação sobre a nova realidade eletrônica. Trad. Luís Soares e Catarina Carvalho. Lisboa: Relógio D'Água, 1997, p. 80.

<sup>8</sup> Ibidem, p. 34 e 142-3. Kerckhove acrescenta (p. 34): "A realidade visual ainda está mais ajustada a nós. Acrescenta o tato à visão e audição e está mais próxima de revestir totalmente o sistema nervoso humano do que alguma tecnologia até hoje o fez. Com a realidade virtual e a telepresença robótica, projetamos literalmente para o exterior a nossa consciência e vemo-la 'objetivamente'. Esta é a primeira vez que o homem o consegue fazer."

culturais organizadas podem ramificar-se nos fluxos eletrônicos, sem perder seu enraizamento na memória afetiva das sociedades<sup>9</sup>. Veja o caso da literatura latino-americana, que experimenta um surto de integração virtual. Ícones sagrados como Gabriel García-Márquez, Pablo Neruda, Julio Cortázar e Jorge Luis Borges têm excelentes páginas elaboradas por universidades e centros de estudos. Ao mesmo tempo, dezenas de sites e publicações estilhaçam o silêncio sobre autores da Nicarágua, de Trinidad Tobago, da Venezuela, do Peru e da Guatemala. O circuito digital contribui não apenas para divulgá-los, como para restabelecer laços de contigüidade cultural e insinuar uma pluralização das tendências literárias em um espaço perceptivo desterritorializado. O que parecia irremediavelmente estratificado — no cume, a confraria dos notáveis; na planície, a legião de novos e veteranos escritores sem vez na mídia e na estrutura mercadológica da indústria editorial — coliga-se na Web<sup>10</sup>.

O rádio não substituiu o jornal, a TV não acabou com o rádio e a Internet não vai ocupar o lugar de ninguém. O que sobressai na Web é a sua reformulação permanente, capaz de impedir a subsistência de monopólios de difusão. Os fluxos ininterruptos, potencializados pelos recursos da hipermídia, funcionam como ímãs eletrônicos: multiplicam-se as ciber-rádios, os ciberjornais, as ciberagências publicitárias, os cibervídeos e as cibertelevisões. Os veículos mantêm traços distintivos originais (o som radiofônico, o audiovisual televisivo) e imbricam-se com as formas flexíveis e multissensoriais inerentes ao ecossistema digital. Uma emissora de rádio no ciberespaço não somente toca música, intercalada por notícias, anúncios e gags dos DJs; promove faixas de CDs e fitas-demo, exhibe videoclipes e shows, compila entrevistas, estoca clippings, seleciona hotlinks, segmenta-se por gêneros (rock, pop, música popular brasileira, música clássica, jazz). Já a edição on line da The Paris Review ( <http://www.voyagerco.com/PR> ), com áudio e vídeo, atualiza uma revista com 50 anos de tradição como magazine eletrônico. Além de deliciar-se com coleções de fotos e ouvir gravações de depoimentos, como o de Woody Allen para o número temático sobre humor, o visitante encontra transcrições de entrevistas com 250 grandes escritores, artistas e intelectuais do século XX. Nomes da envergadura de Ítalo Calvino, Pablo Picasso, William Faulkner, W. H. Auden, Ernst Hemingway, Truman Capote,

---

<sup>9</sup> Sobre as relações entre identidades culturais e redes eletrônicas de comunicação, ver Manuel Castells. La era de la información: economía, sociedad y cultura (vol. 2: El poder de la identidad). Barcelona: Alianza Editorial, 1997.

<sup>10</sup> Consultar as bases de dados Rincón Literario ( <http://www.mundolatino.org/cultura/litera> ) e Literatura Web ( <http://members.tripod.com/~luisedwin/literatu.htm> ).



Lillian Hellman, Marguerite Yourcenar, Gore Vidal, Ezra Pound e Vladimir Nabokov. Basta clicar o mouse para, como diria Mario Vargas Llosa a propósito da ficção, "deslocar-se no espaço e no tempo sem sair de seu lugar nem de sua hora e viver as mais ousadas aventuras do corpo, da mente e das paixões, sem perder o juízo ou trair o coração"<sup>11</sup>.

Seria um equívoco encarar a Internet como um mercado paralelo e estanque, dissociado das demais mídias e das conjunturas sociais. Não interligá-la àquelas instâncias significaria entendê-la como fim e não como um meio para se atingir metas maiores. Haveria o risco de, paulatinamente, ela perder significado histórico e importância cultural. A sua pujança provém de interações diretas e interinfluências de toda ordem. Isolá-la seria negar a utopia — essencial — de que podemos semear princípios interativos e comunitários do ciberespaço no oceano informacional à nossa volta.

Julgo perfeitamente viável entrosar os instrumentos político-cultural-comunicacionais que o real e o virtual fornecem, como focos abertos a mútuas alimentações, a interlocuções dialéticas e a energias reivindicantes. Sem perder de vista que é no território físico, socialmente reconhecido e vivenciado, que se concentram os grandes combates pelas hegemonias e pela construção do imaginário do futuro.

### **Vida comunitária por interações**

O vínculo humano com a Internet remete a um espaço virtual comum, no qual a existência prescinde de cadeias de comando. O crescimento exponencial do ciberespaço está ligado justamente à peculiaridade de constituir uma esfera pública não-sujeita a regulamentações exógenas. Com isso, reforça-se a evidência de que os estatutos éticos das comunidades virtuais se constroem no interior de seus cosmos produtivos, por motivações cooperativas e coordenações de qualidades e vocações individuais.

A ética por interações prospera nos grupos, listas de discussão, conferências eletrônicas ou newsgroups — constelações de células independentes ou interdependentes, em que se agrupam distintos idiomas, nacionalidades, níveis de

---

<sup>11</sup> Mario Vargas Llosa. "Sobre a ficção", em El País, 25 de março de 1995.

escolaridade e credos<sup>12</sup>. Sem jamais terem se visto, as pessoas conversam, trocam experiências, informam-se, fazem amizades, namoram, ou simplesmente passam o tempo. Surgem parcerias, ajudas mútuas e laços de solidariedade — inclusive no sofrimento. Famílias de crianças com Síndrome de Down ou de jovens viciados em drogas repartem esperanças e aflições. Portadores do vírus HIV e aids contam com 30 listas para debater seus problemas.

As tribos eletrônicas expandem-se em direções imprevistas. Os deadheads trocam dicas sobre shows, CDs e fitas piratas. Os cinéfilos contam com cinco grupos de discussão em português (dois sobre cinema brasileiro, um sobre cinema em geral, um sobre cinema internacional e um sobre astros e estrelas). Organizada na Nova Zelândia, a lista Queer Studies Aotearoa Gays, aborda os direitos de gays, lésbicas e bissexuais. Marxistas dos quatro quadrantes organizam-se em células virtuais para reavaliar os 150 anos do Manifesto Comunista. Os admiradores de Gilles Deleuze, Félix Guattari, Michel Foucault, Jürgen Habermas e Jean Baudrillard desfrutam de uma lista cult sobre a filosofia na modernidade<sup>13</sup>.

Para se ter uma noção da diversidade temática, basta mencionar que o Universo Online — maior provedor do Brasil, com mais de 65 mil assinantes e média diária de 250 mil visitantes — oferece 130 grupos de discussão, divididos nas categorias cultura, saúde, ciência, hobbies, computação, política, economia, sociedade, comportamento, viagem, jogos, Internet, educação, esporte, negócios e outros (entre os quais esoterismo, humor, jornalismo, religião, etiqueta, radioamador e ufo). Cada categoria subdivide-se em temas específicos: a de cultura, por exemplo, tem sublistas de artes plásticas, arquitetura, astrologia, carnaval, cinema, dança, ficção científica, fotografia, jazz e blues, literatura, música erudita, letras de música, música popular, new age, poesia, quadrinhos, rock, rock.metal, tamagotchi, teatro, televisão, televisão.arquivo-x,

---

<sup>12</sup> Sobre grupos de discussão, comunidades e relações virtuais, ver: F. Sudweeks, M. McLaughlin e S. Rafaeli (eds.). *Network and netplay: virtual groups on the Internet*. Boston: AAAI/Mit Press, 1998; Pierre-Léonard Harvey. *Cyberespace et communautaire. Appropriation. Réseaux. Groupes virtuels*. Quebec: Les Presses de l'Université Laval, 1996; Ana Maria Nicolaci-da-Costa. *Na malha da rede — os impactos íntimos da Internet*. Rio de Janeiro: Campus, 1997; Sherry Turkle. *Life on the screen: identity in the age of Internet*. Nova York: Touchstone, 1997; Howard Rheingold. *Les communautés virtuelles*. Paris: Addison Wesley-France, 1995.

<sup>13</sup> Para compilar grupos e listas de discussão, digite por exemplo: <http://www.liszt.com>; <http://www.reference.com> ; <http://www.dejanews.com> . Listas sobre cinema brasileiro estão disponíveis na Biblioteca Virtual de Estudos Culturais, do Programa Prossiga, do CNPq: [http://www.prossiga.incc.br/rei/estudos\\_culturais](http://www.prossiga.incc.br/rei/estudos_culturais). O endereço da Queer Studies Aotearoa Gays é <http://nz.com/NZ/Queer/gas.html> . Sobre o Manifesto Comunista, ver o site do Partido Comunista Brasileiro ( <http://www.pcb.org.br> ). A lista de filosofia está em <http://jefferson.village.Virginia.EDU/~spoons>.

televisão.jornada-nas-estrelas. A de esportes desdobra-se em futebol, fórmula indy, fórmula 1, NBA e todos os esportes. Até os viciados em navegação dispõem de uma sublista na categoria Internet<sup>14</sup>.

Em toda a Web, registra-se um crescimento espetacular dos chats<sup>15</sup>. No dia 15 de maio de 1998, o Universo Online mantinha 542 salas de bate-papo, com 25 lugares cada, funcionando 24 horas. No total, 13.343 vagas em salas classificadas por sexo, idades, cidades e regiões, encontros, tema livre, imagens eróticas e outras imagens. Cem mil pessoas passam por ali diariamente. A comparação não deixa dúvida quanto à explosão de demanda: na primeira semana de março de 1997, eram apenas 160 salas, com quatro mil vagas. O UOL acaba de pôr no ar, em fase experimental, o "Vídeo Papo", com som e imagem sincronizados em tempo real.

Cinco pólos de magnetismo ajudam-nos a esclarecer o afluxo aos chats: a) a liberdade para relacionamentos de qualquer espécie; b) sincronicidade nas conversações; c) a garantia de anonimato; d) a ausência de censura; e) a desobrigação de se submeter a regulamentos. Há que se admitir que a inexistência de protocolos éticos rígidos e o uso de pseudônimos geram atitudes deletérias. Nas salas sobre sexo, namoro e erotismo, são freqüentes insultos, pornografias e intromissões descabidas. Claro indício de que a atmosfera de desrepressão por vezes se confunde com catarses e liberação de instintos difusos. Para certas impropriedades há antídotos virtuais. Se uma pessoa se sente incomodada ou ofendida com o teor de uma mensagem que lhe é remetida, deve cortar unilateralmente o acesso, não respondendo ao agravo.

Críticos moralistas agarram-se à convicção de que o caos da Internet dispensa responsabilidades individuais e grupais, estimulando a permissividade. De fato, praticam-se excessos. Mas por que tanto espanto? A sociedade de final de século está atravessada de abusos insuportáveis por metro quadrado. (Os moralistas calam-se diante do desemprego estrutural, da brutal concentração de renda e das desigualdades sociais, deprimentes subprodutos da panacéia neoliberal.) Por que a Internet, sendo uma projeção da inteligência humana, com interfaces cada vez mais próximas entre as mentes e as tecnologias, haveria de ser exceção?

O grande diferencial da Internet consiste no fato de que as comunidades virtuais, enquanto corpos orgânicos, definem e objetivam valores éticos e códigos informais de

---

<sup>14</sup> Dados obtidos no site do Universo Online ( <http://www.uol.com.br/forum> ) em 30 de abril de 1998.

<sup>15</sup> O Universe Internet ( <http://www.universe.com.br/chats.html> ) disponibiliza links para 10 dos maiores chats brasileiros.

conduta. Tais regras não provêm de fora, das estruturas de poder, e em nada se confundem com uma espada de Dâmocles sobre as cabeças dos internautas. Devem ser aceitas por consenso e adaptadas às singularidades, práticas e tradições dos grupos. Paul Mathias refere-se à "criação ascendente de valores" em coletivos virtuais, na medida em que elaboram coexistências regidas não mais por princípios verticais e genéricos, e sim pela harmonização de perspectivas individuais no seio de grupos afins<sup>16</sup>. As relações humanas tornam-se intercambiantes, o que favorece a reelaboração sistemática de premissas e raios de competência.

A chamada "netiqueta"<sup>17</sup> põe em relevo as seguintes recomendações para a convivência nesses coletivos:

- a) Não se deve enviar mensagens sobre determinado assunto numa lista que trata de outro tema.
- b) Para evitar perguntas recorrentes, consulte os arquivos do grupo de discussão para ver se as respostas já se acham disponíveis.
- c) Escreva mensagens breves, pois os membros de uma lista estão interessados em debater pontos precisos.
- d) Como os participantes geralmente são pessoas ocupadas e recebem dezenas de mensagens por dia, é importante que o subject (assunto) do e-mail seja definido com exatidão, para guiar a leitura.
- e) As mensagens devem ser assinadas com os nomes de cada membro do grupo. Nas listas concorridas, o endereço eletrônico é insuficiente para a identificação.
- f) Se alguém solicita, em e-mail genérico, informações ou opiniões sobre um tema de sua alçada, atendê-lo é princípio elementar de solidariedade.
- g) Numa lista eletrônica, o e-mail nunca é confidencial, o que torna desaconselháveis comentários desairosos, provocações gratuitas ou indiscrições.
- h) Não se deve inundar os chats com mensagens repetidas. Espere que a pessoa responda, até porque ela pode estar se correspondendo, simultaneamente, com outros interlocutores.

---

<sup>16</sup> Paul Mathias. La cité Internet. Paris: Presses de Sciences Po, 1997, p. 52.

<sup>17</sup> Sobre ética na Internet, ver: Pierre Lévy. "A globalização dos significados", em Folha de S. Paulo(Caderno Mais!), 7 de dezembro de 1997; Réseau des cégeps et des collègues francophones du Canada. Règles de conduite sur Internet, disponível em <http://rccfc.ca/regles.htm> ; "Netiqueta", em Estilo Web, fevereiro de 1998, em <http://ww2.zaz.com.br/estiloweb> . Consultar ainda Web Ethics, em <http://www.journalism.net.com/column7.htm> ; Ethics on the Web, em [http://www5.fullerton.edu/les/ethics\\_list.html](http://www5.fullerton.edu/les/ethics_list.html) .

- i) Use maiúsculas somente para dar ênfase a uma palavra ou frase. Maiúsculas são difíceis de ler, e a impressão é a de que se está gritando ao grafá-las.
- j) Cuidado com imagens pornográficas. Antes de armazená-las em página pessoal, verifique se o seu provedor concorda.
- k) É proibido apropriar-se do trabalho intelectual alheio. Cabem ações judiciais por uso indevido de imagens, textos ou softwares. Antes de usar, em sua página pessoal, arquivos colhidos em outros sites, peça autorização aos autores. A não ser que o proprietário dos direitos tenha colocado um aviso liberando a reprodução do material ou condicionando-a à citação da fonte.
- l) Sugere-se consultar o destinatário antes de remeter arquivo anexado com mais de 300 kbytes.
- m) A publicidade comercial é enfaticamente desencorajada.

Os grupos de discussão cultuam uma irrestrita liberdade de expressão, sendo refratários à censura. Porém, estão sujeitos a idiosincrasias, desníveis culturais e condutas desviantes. Ataques pessoais ou declarações ofensivas normalmente não são tolerados. Nos casos graves ou reincidências, os administradores das listas podem excluir os responsáveis.

Obviamente, a ciberética — entendida como conjunto de postulados de reciprocidade para a autogestão democrática do ciberespaço — tem sofrido transgressões inconcebíveis. A chamada máfia dos vírus especializou-se em contaminar páginas e alarmar usuários e provedores com mensagens falsas, congestionando linhas de transmissão. No caso dos hackers, as investidas irracionais caracterizam crimes digitais: acesso não-autorizado a informações e computadores, cópia de software com copyright, captura de números de cartões de crédito, mensagens falsas ou adulteradas, pornografia infantil. Geralmente atuam em máquinas que permitem upload de softwares. A grande disputa no submundo digital é conseguir a mais recente versão de um programa, quebrar-lhe a proteção (caso exista) e divulgá-la antes de qualquer outro grupo. Agindo dessa maneira, os hackers mostram poder e se tornam o pesadelo da indústria de informática, dos provedores e de governos<sup>18</sup>.

---

<sup>18</sup> Pesquisa divulgada em março de 1998 pelo Computer Security Institute e pelo FBI revela que os break-ins na segurança de 241 sistemas corporativos ou institucionais norte-americanos causaram prejuízos de US\$ 136 milhões em 1997. O resultado comprova um vertiginoso crescimento não apenas dos ataques a sistemas (36% a mais do que no ano anterior), mas também dos prejuízos financeiros (26% a mais). Os ataques foram de vários tipos: 44% registraram acesso não-autorizado por funcionários; 25% disseram ter havido ataque do tipo denial of service (recusa de serviço). O sistema percebe que está sendo invadido e desliga todas as máquinas. Outros 18% citaram furto de informação proprietária; 15%

O presidente Bill Clinton liberou verba suplementar para a segurança das redes governamentais, depois da invasão de computadores do Pentágono por hackers, no início de março de 1998. O vice-secretário de Defesa, John Hamre, considerou o episódio o "ataque mais organizado e sistemático" da história do Pentágono: quatro sistemas da Marinha e sete da Força Aérea, em bases nos Estados Unidos e em Okinawa, no Japão, ficaram comprometidos. Aparentemente, os sistemas violados não tinham informações secretas. Semanas depois, o hacker Ekud Tannesbaum, de 18 anos, acusado pela sabotagem, apareceu na campanha publicitária de uma firma de computadores. No anúncio, publicado no jornal israelense Haaretz, Ehud provoca: "Para ir longe, você deve ter as melhores ferramentas."<sup>19</sup>

O Departamento de Justiça criou um centro de inteligência para detectar e impedir invasões às redes oficiais e das indústrias de infra-estrutura essencial. A operação contará com a participação do FBI, da CIA, do Pentágono e outras agências, e tentará envolver empresas privadas e universidades. A providência resultou do trabalho de uma comissão especial designada por Clinton, cujo relatório concluiu que o nível de cooperação atual é inadequado diante do perigo de um ataque cibernético. Em 1996, o Pentágono fez um exercício simulado de "guerra informática". Alguns hackers foram escolhidos a dedo pelas Forças Armadas para entrar no sistema interligado do Departamento de Defesa, com 800 provedores de serviços. A ação provocou caos em várias bases militares<sup>20</sup>.

Páginas brasileiras não escapam de atentados. Na madrugada de 13 de fevereiro de 1998, um grupo de hackers atacou 41 domínios virtuais, hospedados nos sites ez-bh.com.br, ibama.gov.br e ccard.com.br. Ameaçaram voltar se não fossem cumpridas exigências como escola gratuita para crianças de até 10 anos, terminais com acesso grátis à Internet instalados em 80% das praças das grandes cidades brasileiras, privatização das estatais (dão como exemplo a Petrobrás), redução de impostos em 40% e linhas digitais<sup>21</sup>. Preventivamente, a Embratel vai recorrer a um sistema de firewall semelhante ao da Casa Branca, fabricado pela Digital Corporation.

Os Estados Unidos discutem, com autoridades da Grã-Bretanha, Alemanha, Japão, Itália, Canadá, França e Rússia, maneiras de deter os crimes high-tech e os

---

sofreram fraudes financeiras; e 14% tiveram suas redes ou dados sabotados. As organizações que citaram a conexão à Internet como um ponto freqüente de entrada dos invasores cresceram de 47% em 1997 para 54% este ano. Ver O Estado de S. Paulo, 5 de março de 1998.

<sup>19</sup> Folha de S. Paulo, 12 de abril de 1998.

<sup>20</sup> Flávia Seckles. "Pentágono faz aliança com hackers", em Jornal do Brasil, 8 de março de 1998.

<sup>21</sup> O Dia (Informática), 20 de fevereiro de 1998.

discursos racistas e fascistas na Web. "Um dos maiores desafios atualmente é identificar os predadores on line. A tecnologia atual permite a estes criminosos mascarar sua localização e sua identidade. Temos que identificá-los e levá-los aos tribunais", observa Janet Reno, procuradora-geral da Justiça dos EUA<sup>22</sup>. Estados norte-americanos vêm adaptando suas legislações para coibir o banditismo eletrônico. Agentes do FBI e do Centro de Treinamento Federal para o Cumprimento das Leis (FLETC) estão sendo treinados para lidar com as características específicas dos crimes digitais. Cybercops (policiais cibernéticos) rastreiam canais de IRC freqüentados por hackers — que, aliás, chegam ao requinte de divulgar seus métodos em home pages.

O Comitê Gestor da Internet no Brasil reservou 100 nomes de domínios para evitar possíveis piratarias, entre os quais aeronáutica, aeroportos, angélica, baygon, botafogo, deputados, internet, itamaraty, senado, www, nestlé e mercosul. O Comitê estuda incorporar a lista de marcas do Instituto Nacional de Propriedade Industrial (INPI) para impedir que sejam concedidas, como domínios, a entidades ou pessoas estranhas.

### **Cibercidadania e censura**

Delitos que comprometem o exercício da cibercidadania devem ser barrados. Mas a configuração intermundial da Internet, com atualizações e propagações hiper-rápidas, torna ineficaz programar o tráfego em rede. Por duas razões:

- 1) Improbabilidade tecnológica. A informação julgada delituosa pode ser, quase imediatamente e a custo nulo, transferida de um servidor para outro, ou duplicada grande número de vezes. A cópia numérica, sendo idêntica à original, subsiste em qualquer suporte informático. Foi o que aconteceu, em janeiro de 1996, com o livro Le grande secret, no qual o antigo médico de François Mitterrand, Claude Gluber, revela que presidente francês, falecido no dia 8 daquele mês, sofria de câncer desde o seu primeiro mandato, em 1981. A Justiça proibiu a comercialização da obra no dia seguinte ao lançamento. Tarde demais: a primeira edição, de 40 mil exemplares, esgotara-se em poucas horas. O livro de Gluber foi digitalizado, provocando uma avalanche de consultas aos sites que

---

<sup>22</sup>

Globo On, 4 de dezembro de 1997.

o recopiaram. Como retirá-lo de circulação? Existiria sempre uma ou mais cópias transitando pelo ciberespaço<sup>23</sup>.

2) Alto risco de censura. O verbo programar representa, aqui, um eufemismo de disciplinar. Isso afetaria irremediavelmente a espinha dorsal da Internet — seus fluxos ilimitados e insubmissos.

A União Européia propõe liberar US\$ 8 milhões, em 1998, e entre US\$ 7 e 10 milhões, nos próximos três anos, para criar um sistema europeu de informações destinado a suspender a veiculação de pornografia, fraudes, preconceitos raciais ou violações de leis de segurança nacional, de propriedade intelectual, marcas e patentes. O dinheiro ajudaria a financiar sistemas de classificação que ajudem os pais ou professores a proteger as crianças de cenas de sexo explícito ou de violência<sup>24</sup>.

Receia-se que a UE acabe instituindo mecanismos de censura, com o agravante de que não se levariam em conta as legislações específicas dos países. Entidades que defendem a auto-regulamentação da Internet sustentam que há meios de conter a pornografia junto às crianças, sem interferência do Executivo. Nos Estados Unidos, 400 provedores de conteúdo para a Web lançaram, em dezembro de 1997, uma campanha educativa para incentivar os pais a recorrerem a programas que bloqueiem a entrada em sites pornográficos<sup>25</sup>. Os pais podem negar o acesso dos filhos menores à Internet, ou só autorizá-lo a partir de certa idade, e obter softwares como o SurfWatch, que corta o acesso a newsgroups, gophers e ftps com conteúdos explicitamente pornográficos. O bloqueio é assegurado por uma senha que só os pais conhecem. O programa atualiza automaticamente a lista de endereços restritos, sem intervenção do usuário. Estão à venda softwares, como o NetNanny, que aciona um mecanismo de desconexão imediata quando se digita um endereço arquivado como impróprio, e o Cyberpatrol, que classifica o acesso por assunto e bloqueia a transmissão<sup>26</sup>. Alguns provedores só estão aceitando pagamento por cartão de crédito, para dificultar a navegação indiscriminada por crianças e adolescentes. Outros exigem cadastramento prévio e senha para ingresso em determinados links, possibilitando a triagem.

---

<sup>23</sup> Em 23 de outubro de 1996, Gluber e seus editores foram condenados a pagar 100 mil francos à viúva do ex-presidente, Danielle Mitterand, e 80 mil francos a cada um de seus três filhos, "por intolerável atentado aos sentimentos familiares mais profundos". A violação do segredo médico custou a Gluber uma pena de quatro meses de prisão, com direito a *sursis*.

<sup>24</sup> Globo On, 27 de novembro de 1997.

<sup>25</sup> Globo On, 3 de dezembro de 1997.

<sup>26</sup> Lúcia Reggiani. "Programas bloqueiam acesso", em Folha de S. Paulo, 13 de maio de 1998.



A iniciativa da União Européia é até tímida se comparada com a lei aprovada pelo Congresso norte-americano, em 1996, para censurar a Internet. O draconiano Ato pela Decência nas Comunicações previa penas de até dois anos de prisão e multas de U\$ 250 mil para quem divulgasse materiais considerados "ofensivos e indecentes" a menores de 18 anos. No início de 1997, em memorável sentença, a Suprema Corte considerou a lei inconstitucional, destacando que "o acesso ao caos" da Internet constitui um direito dos cidadãos. O caos, aí, é sinônimo de livre expressão, elevada à potência planetária por meios tecnologicamente avançados<sup>27</sup>.

A defesa da liberdade de expressão na Web será árdua e prolongada. A começar pela tentação de impor direções morais e gestões burocráticas no ciberespaço, de preferência sob a égide do Estado. É exemplar o relato do sociólogo espanhol Manuel Castells sobre a guerra que travou, em defesa da auto-regulamentação da Internet, no Alto Comitê de Especialistas em Sociedade da Informação, da Comissão Européia:

"Depois de dois anos de trabalho, chegamos ao informe final. Eu estava em minoria na comissão, e minha grande batalha era sobretudo com os alemães, para quem o problema era como conseguir que os Estados controlassem a Internet. Primeiro, é tecnologicamente impossível, mas eles não estavam convencidos disso. Segundo, é uma política que afeta a liberdade de expressão. Terceiro, é uma atitude absolutamente defensiva. Claro que na Internet há pornografia, nazistas e muitas coisas que nos desagradam, mas na sociedade também tem. E nem por isso temos que implantar um sistema burocrático que vigie cada cidadão. O que devemos fazer é utilizar o enorme potencial da Internet, por exemplo, para reviver a democracia, não enquanto substituição da democracia representativa por meio do voto, e sim para organizar grupos de conversação, plebiscitos indicativos, consultas sobre distintos temas, proporcionar informação à população. A mim assusta que grupos de extrema direita sejam os que mais estão utilizando a Internet. Agora, também os zapatistas do México, e muito bem. Em compensação, no marco europeu, a esquerda e os governos municipais utilizam a Internet apenas para informar os cidadãos em termos genéricos, oferecendo listas de telefone ou guias municipais, coisas que têm muito pouco valor agregado. A imensa capacidade da Internet para promover uma mobilização da cidadania e um debate aberto dos conflitos não está sequer esboçada na Europa. No final, o Comitê de Especialistas decidiu apoiar uma iniciativa desse tipo, mas nos custou muito superar as reticências iniciais, inclusive nos meios sindicais."<sup>28</sup>

Uma das propostas em exame no Alto Comissariado de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas é fiscalizar e banir discursos que estimulem a violência

---

<sup>27</sup> Numa prova de que o conservadorismo norte-americano não se conforma com o estilo Internet, o senador republicano Dan Coats apresentou, em novembro de 1997, novo projeto de lei, menos draconiano do que o Ato pela Decência nas Comunicações, para proibir a veiculação de "pornografia e material indecente" na rede. Globo On, 7 de novembro de 1997.

<sup>28</sup> Manuel Castells. "La izquierda tiene una actitud retrógrada respecto a las tecnologías de la información", em Enredando, Barcelona, 21 de outubro de 1997, disponível em <http://enredando.com/entrevistas3.html>.

ou incitem ao ódio racial na Internet. Como prova da capacidade reativa das comunidades virtuais, cresce o número de sites que combatem a discriminação racial, a exemplo da Magenta Foundation (<http://www.magenta.magenta.nl/index.html>), da Holanda, que organiza caravanas e workshops de conscientização, e do Web Zumbi (<http://www.zumbi.ongba.org.br/home.html>), ONG da Bahia voltada à apuração de denúncias.

As pressões políticas e administrativas não cessam. Mal começou o ano de 1998, e em paralelo ao escândalo de assédio sexual na Casa Branca envolvendo Bill Clinton, os Estados Unidos surpreenderam a União Européia com a proposta de privatizar a administração da Internet. Até agora, duas agências — a Internet Assigned Numbers Authority (IANA) e a Network Solutions Inc. (NSI) — supervisionam logisticamente a rede, por encargo do governo norte-americano. Mas o contrato termina no final de 1998 e Washington não demonstra intenção de renová-lo. O comissário de Tecnologia da Informação da União Européia, Martin Bangemann, reagiu: "A posição norte-americana parece não reconhecer a necessidade de se aplicar um enfoque internacional para a administração da rede mundial de computadores." Para Bangemann, os Estados Unidos consideram a Internet como de sua propriedade<sup>29</sup>. Em reunião da UE em Bruxelas, a Inglaterra defendeu a tese de que, à medida que a Internet cresce e se desenvolve, o enfoque dado a essa questão tem de ser abrangente. O governo socialista francês disse que não aceita a imposição, por uma única nação (os EUA), de novas terminações para domínios na Internet, como inf (além de com, gov, edu)<sup>30</sup>.

A idéia de outorgar a um número limitado de sociedades privadas a coordenação logística da Web choca-se com a intenção de transferi-la a um organismo internacional sem fins lucrativos. Um grupo com este objetivo foi criado em outubro de 1997 e conta com a participação de 88 sociedades de todo o mundo. Os europeus temem que a proposta de Clinton, de aplicar na Internet as habituais práticas comerciais de solução de conflitos de marcas daquele país, termine garantindo a jurisdição dos Estados Unidos sobre a rede. A UE defende uma participação equilibrada do setor privado europeu na administração da Internet, bem como a aplicação de preceitos comunitários, para evitar a oligopolização da infra-estrutura técnico-operacional da Internet, particularmente por conglomerados norte-americanos.

---

<sup>29</sup> Zero Hora Digital, 27 de fevereiro de 1998.

<sup>30</sup> Reuters Online, 27 de fevereiro de 1998.

Uma tentativa de "domar" a Web seria restringir drasticamente o acesso, o que sufocaria direitos individuais e coletivos. O ditador nigeriano, general Sani Abacha, proibiu conexões sem autorização oficial e mandou prender o jornalista Babafemi Ojuda. Impedido pelo governo de exercer a sua profissão, Abacha recorria a um boletim eletrônico, transmitido por e-mail<sup>31</sup>. A Arábia Saudita proíbe conexões sem licenças governamentais. No Japão, desde o ataque terrorista da seita Aum Shinrikyo, que espalhou gás Sarin no metrô de Tóquio em março de 1995, o governo não pára de falar em regulamentação da Internet. Tudo porque membros da seita se comunicavam virtualmente. Ao longo de 1997, o Ministério da Justiça japonês fez o que pôde para monitorar comunicações via telefone, BBS e Internet, inclusive retirando temporariamente do ar provedores acusados de divulgar pornografia infantil. A caça às bruxas não se alastrou por causa dos protestos de associações de usuários e de recursos judiciais.

Como reagiria Ernesto Che Guevara ao saber que seu amigo e companheiro Fidel Castro fixou em US\$ 260 a taxa mensal para navegação na Internet, num país com salários em torno de US\$ 20? Para usar apenas e-mail, os cubanos pagam US\$ 60 por mês. Ao recordar o bravo Che, não o faço apenas em reverência a seu espírito rebelde, mas porque ele foi o primeiro líder de Sierra Maestra a perceber a necessidade de se burlar o cerco da grande mídia norte-americana, criando um serviço noticioso para divulgar a Revolução Cubana. Com US\$ 100 mil que sobraram dos fundos da guerrilha, Guevara fundou a agência Prensa Latina, com correspondentes no exterior e uma meta que nos faz pensar na Internet dos anos 90: "livrar-se dos monopólios capitalistas ianques da AP [Associated Press] e UPI [United Press International]"<sup>32</sup>.

Desde que Cuba se conectou, em outubro de 1996, os serviços são gerenciados pelo Centro de Intercâmbio de Informação Atualizada (CIIA), subordinado ao Ministério de Ciência, Tecnologia e Meio Ambiente. O acesso está limitado a instituições acadêmicas, agências governamentais, missões diplomáticas, empresas estatais e jornalistas estrangeiros. Fala-se em 600 usuários cadastrados. O assunto Internet tem sido regularmente tratado pelos setores estratégicos dos Ministérios e das Forças Armadas. Os adversários acusam Fidel Castro de restringir o acesso à Internet por motivo político — manter sob rédea curta o tráfego de informações. Jesus Martínez,

---

<sup>31</sup> Adam Clayton Powell. "Digital dissident", em Wired, abril de 1998.

<sup>32</sup> Ver Jon Lee Anderson. Che Guevara: uma biografia. Trad. M. H. C. Côrtes. Rio de Janeiro: Objetiva, 1997, p. 474.

diretor do CIIA, nega o fato e diz que é a escassez de dinheiro e de equipamentos que impede que a maioria da população usufrua da Web. Menos de 2% dos 11 milhões de habitantes têm computadores, geralmente antiquados. Martínez garante que o governo quer expandir o uso da Internet e está modernizando o sistema telefônico da ilha, apesar das dificuldades para importar componentes, por conta do aberrante bloqueio econômico dos Estados Unidos. Segundo ele, 70 instituições acessam a Web e pelo menos três mil funcionários utilizam correio eletrônico. "A Internet pode beneficiar muito Cuba e qualquer país. Ela oferece um mundo de informação em enormes bibliotecas e centros de pesquisa, além de possibilidades de negócios", reconhece Jesus Martínez, para em seguida ter uma recaída: "Mas não esqueçamos que a Internet, às vezes, também pode ser agressiva e até prejudicar."<sup>33</sup>

Em dezembro de 1997, o governo ditatorial da China limitou o fluxo eletrônico, sob a patética alegação de que "a Internet é usada para divulgar coisas nocivas e obter segredos de Estado". As medidas anunciadas pelo vice-ministro da Segurança Pública, Zhu Entao, incluem uma longa lista de "delitos", como o vazamento de informações confidenciais, a "subversão" política e a difusão de material pornográfico. Segundo o governo, o objetivo é também estabelecer uma proteção contra vírus e hackers. As penas variam de "castigos penais" não especificados a multas de até US\$ 1,8 mil a provedores de acesso e usuários. Entre os alvos do AI-5 chinês, estão os movimentos separatistas do Tibet e da região muçulmana de Xinjiang, e dissidentes chineses, que em suas páginas eletrônicas criticam o governo de Pequim. Zhu Entao, a contragosto, admitiu que a Internet aumentou os intercâmbios culturais e científicos da China. "Mas as conexões trouxeram problemas de segurança, incluindo a elaboração e a publicação de informação nociva", afirmou o vice-ministro<sup>34</sup>.

O obscurantismo funcionou porque a baixa densidade de utilização da Internet na China facilita a vigilância. A censura a informações políticas e financeiras vem acarretando sérios prejuízos. Durante a recente crise asiática, os chineses deixaram de acompanhar a transmissão on line dos pregões das Bolsas de Valores da região e de Shangai. Os operadores queixaram-se de que perderam a possibilidade de atuar no mercado acionário com a velocidade que o crash exigia. Pequim deve ter constatado que

---

<sup>33</sup> El Nuevo Herald, 26 de outubro de 1997, disponível em <http://ella.netpoint.net/cubanet/CNews/y97/oct97/27o3.htm>. Ver ainda Globo On, 20 de outubro de 1997; *Notícias Intercom*, 2 de setembro de 1997, disponível em <http://www.noticias.com/n970915.htm>. No site do governo cubano (<http://www.cubaweb.cu>), estão disponíveis duas edições on line do jornal oficial Granma: a nacional (apenas em espanhol) e a internacional (em espanhol, português e inglês).

<sup>34</sup> Globo On, 31 de dezembro de 1997.

é fácil grampear ou cortar linhas telefônicas e reprimir "infrações à segurança nacional", porém muito problemático frear a Web, pois há o risco de se pagar um alto preço pela perda de quantidade e de qualidade das informações.

No Irã, onde o fundamentalismo islâmico considera a Internet um demônio capaz de corromper as mentes puras dos seguidores de Alá, o acesso ao ciberespaço é limitado aos altos escalões governamentais, militares e diplomáticos. Tudo seria um mar-de-rosas para o governo de Teerã se a rede não estendesse suas veias pelo globo. Páginas e páginas eletrônicas sobre o Irã se propagam à distância dos humores e da censura xiitas<sup>35</sup>. Fenômeno semelhante observou-se recentemente na Indonésia: a máquina repressiva não conseguiu censurar as denúncias dos desmandos praticados pelo general Mohammed Suharto em 32 anos de reinado absoluto, veiculadas pela Web por líderes estudantis, sindicalistas e jornalistas de oposição, durante a revolta popular que apeou do poder o ex-ditador.

### Conclusões provisórias

As ocorrências acima descritas ratificam que a conformação universal e não-totalizável da Internet dificulta (mas não impede) controles estritos, sejam eles territoriais, legais ou geopolíticos. As redes informáticas alargam os contextos, universalizam as heterogeneidades culturais e fragmentam macroestruturas de coesão. Nas zonas de visibilidade da Internet, ao menos em tese, as contradições não precisam ser dissimuladas, porque é da essência do virtual a veiculação simultânea, interagente e interpolar.

A Internet constitui uma vida comunitária regulada por interações, e não por leis, decretos, portarias ou "medidas provisórias". Os seres orgânicos das comunidades virtuais, desvencilhados da coincidência histórica entre espaço e tempo, fazem valer o salvo-conduto para estar em toda parte sem sair do lugar. Longe de dispensar os indivíduos de deveres éticos, o ciberespaço propõe uma coexistência auto-regulada, em constantes revisões. Longe de padronizar condutas com base numa "maioria moral" (normas e interdições a serviço das totalidades dominantes), a ciberética apóia-se em regras e valores consensuais estabelecidas pelas células de usuários, respeitando-se a

---

<sup>35</sup> Ver os sites IranSeek ( <http://www.iranseek.com> ) e Persian Interest Links & Other Resources ( <http://www.mage.com/links.html> )

pluralidade de contextos, os projetos societários e, acima de tudo, a liberdade de manifestação do pensamento.

Por sua natureza desterritorializada e desordenada, a Internet resiste à regulamentação externa. Mas nem sempre escapa de agressões e atos criminosos. Ninguém, de sã consciência, resigna-se às fraudes e ao terrorismo digital. É preciso coibi-los, mas sem instaurar regimes autoritários de vigilância e censura, ao atropelo de direitos fundamentais da cidadania. As legislações sobre proteção do consumidor e de direitos de propriedade intelectual devem ser aperfeiçoadas. O avanço tecnológico têm papel decisivo a desempenhar também nesse plano. Espera-se o aprimoramento de programas capazes de: a) ampliar a margem de segurança nas transações eletrônicas; b) bloquear, exclusivamente a critério dos usuários, conteúdos impróprios e lesivos; c) criar sistemas inteligentes que, nos marcos legais, localizem e desarticulem o banditismo digital.

A ausência de ditames governamentais representa a pedra-de-toque para assegurar à Internet condições de consolidar-se como canal de informações e idéias, em moldes interativos e descentralizados. O campo de batalha delimita-se. De um lado, elites obstinadas em estender à Web, sob variados pretextos, a gama de comandos que exercem na cotidianidade. De outro, as forças sociais transformadoras, que anseiam projetar o ciberespaço como ambiente propício a uma ética de reciprocidades entre os sujeitos comunicantes.

Não me parece difícil discernir de que lado estão as perspectivas de uma práxis fundada em processos de colaboração por afinidades, sem monopólios ou coerções. Comunidades virtuais, entrelaçadas às ações concretas dos movimentos coletivos, são como grãos que aspiram correlatar-se para tecer dinâmicas éticas solidárias e formas evoluídas de opinião pública.